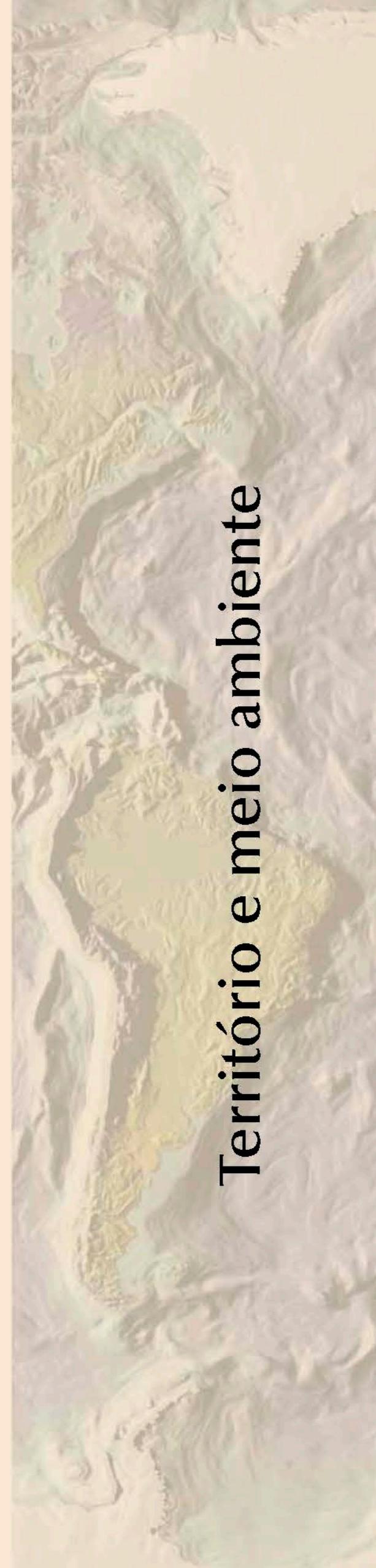


Território e meio ambiente



Divisão regional

Adma Hamam de Figueiredo

Longe de constituir uma questão trivial, a divisão regional é, antes, uma tarefa de caráter científico e, desse modo, sujeita às mudanças ocorridas no campo teórico-metodológico da geografia que afetam o próprio conceito de região, tentando captar as transformações ocorridas no espaço geográfico ao longo do tempo.

O caráter instável desse conceito foi ressaltado por Santos (1994 apud MAGNAGO, 1995, p. 65) ao afirmar que: "o símbolo da geografia unitária - aquela que não separa o físico do social, o natural do humano, o ecológico do cultural - é a região. Ora, o conceito de região foi vendido como sendo um edifício estável. Só que não é".

Com efeito, a divisão regional constitui um exercício de discussão e elaboração de conceitos e métodos, historicamente datados, desenvolvidos pela geografia,¹ que levam a um determinado modelo, objetivando, na maior parte das vezes, a ampliação/atualização do conhecimento científico sobre o Território Nacional.

Além disso, ela é também um instrumento fundamental para subsidiar o planejamento, especialmente no que se refere à definição de uma base territorial institucionalizada para fins de planejamento ou, mesmo, para fins de levantamento e divulgação de dados estatísticos pelos órgãos públicos.

Na atualidade, a regionalização vem adquirindo, também, um forte apelo econômico-institucional e de identidade cultural, uma vez que, além do planejamento estrito senso, a política pública voltada à gestão do território² no cenário da globalização passou a assumir uma expressão regional explícita, conforme exemplo da União Europeia com grande difusão em outras partes do mundo.

Com efeito, a gestão regionalizada do território atesta a importância das forças sociais em interação como elemento-chave de estratégias locacionais desenvolvidas não só por empresas e instituições, como por amplos e diversos segmentos sociais articulados entre si e entre eles e a ação pública, visando à superação de problemas comuns.

Dentre essas políticas ressaltam-se principalmente aquelas voltadas à coesão territorial, essas últimas consideradas essenciais à manutenção da soberania nacional em um mundo cada vez mais interligado e pautado não só por uma economia globalizada, como por uma diversidade de segmentos sociais, igualmente conectados ao exterior, com força política crescente em um processo de gestão compartilhada do Território Nacional.

¹ A divisão regional sintetiza, de alguma forma, o pensamento de Harvey (2005) em torno da centralidade existente na prática e na filosofia da geografia da ideia da distribuição de objetos (e variáveis) no espaço.

² Adotando o enfoque de política pública, em vez de mera administração/planejamento econômico do País enfatiza-se, agora, além da qualidade do próprio governo, a igualdade social, o respeito ao pluralismo e à diversidade em todas as suas dimensões e, além disso, a ideia de que a administração pública efetiva depende de uma cidadaniaativa e participativa. Ela pressupõe a abertura de canais institucionais de relação com a sociedade para fins de consulta, informação e cogestão que se promovem particularmente, mas não exclusivamente, no âmbito local.

Historicamente, no Brasil, a questão regional começa a ganhar consistência teórica a partir do início do Século XX, quando é introduzido o conceito de região natural, apoiado na premissa de que a divisão regional deveria ter caráter duradouro, segundo a concepção clássica da geografia determinista, baseada na hipótese de que os atributos naturais seriam os únicos capazes de definir uma região segundo características fixas, isto é, que não variavam ao longo do tempo, como os "fatores humanos".

Tais atributos serviriam para balizar os limites das regiões de um país de forma mais estável do que aqueles limites provenientes das intervenções do homem sobre a superfície terrestre, sujeitas a mudanças constantes. Nesse contexto, a divisão proposta, em 1913, por Delgado de Carvalho³, baseava-se em elementos do meio físico, especialmente o relevo, o clima e a vegetação, definindo cinco grandes unidades naturais no Brasil: Brasil Setentrional ou Amazônico, Brasil Norte-Oriental; Brasil Oriental; Brasil Meridional; e Brasil Central.

Esse quadro regional teve grande influência nos estudos e pesquisas elaborados no País até os anos de 1930, quando novos conceitos foram, então, introduzidos. Entretanto, é apenas no início da década de 1940 que a questão da divisão geográfica do Brasil ganha novas contribuições teórica e metodológica, responsáveis pela elaboração da primeira divisão oficial do País em Grandes Regiões⁴.

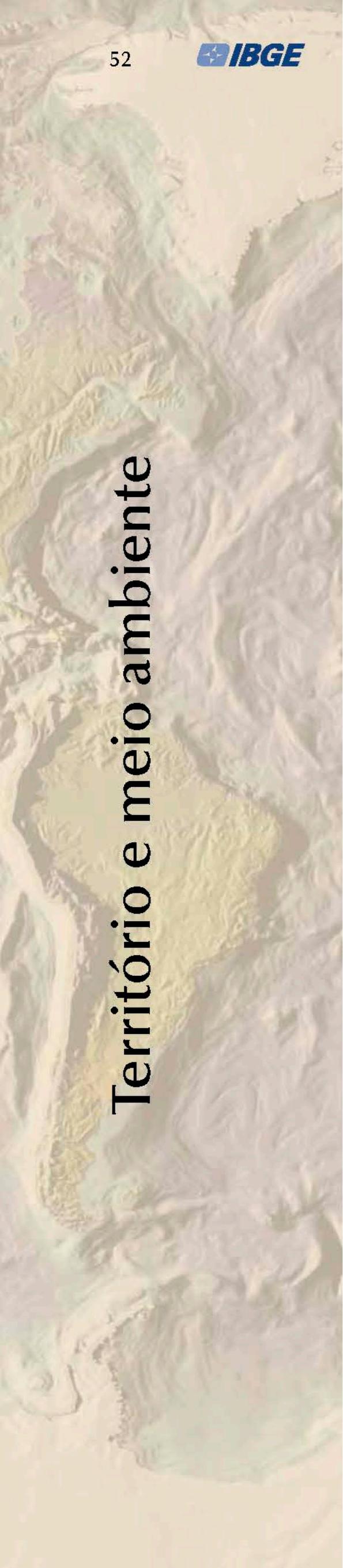
Ainda pautadas nas características do meio físico como elemento diferenciador do quadro regional brasileiro, as Zonas Fisiográficas, delimitadas pelo IBGE, em 1960 (Mapa Zonas Fisiográficas), representaram não só um período no qual se tornava necessário o aprofundamento do conhecimento do Território Nacional, como, conceitualmente, reafirmam o predomínio da noção de "região natural" na compreensão do espaço geográfico, em um momento em que a questão regional ainda se confundia, em grande parte, com as diferenças existentes no quadro natural.

Inseridas no conjunto de transformações socioeconômicas desencadeadas após a II Guerra Mundial, aparecem novas tendências no pensamento regional, voltadas, agora, para a questão do planejamento nacional. Com efeito, as mudanças econômicas, ocorridas no pós-guerra com suas inevitáveis consequências na produção de novas formas de organização do espaço brasileiro, acentuavam a necessidade de reformulação do modelo de divisão regional do País.

³ Professor e, principalmente, grande difusor da geografia e, especificamente, dos estudos regionais no Brasil, Delgado de Carvalho acompanhou a visão regional clássica construída na passagem do Século XIX para o Século XX na Europa.

⁴ Em relação aos aspectos conceituais, até o ano de 1942, quando se unificou a divisão regional no País, para se delimitar as unidades de maior extensão, eram usualmente utilizados conceitos derivados do determinismo ambiental, enquanto nas unidades de menor hierarquia consideravam-se aspectos socioeconômicos que transformaram as zonas fisiográficas em verdadeiras regiões geográficas dos possibilistas, nas quais "se entrelaçam, de modo harmonioso, componentes humanos e naturais", reconhecendo a ação do homem sobre a natureza. Cabe observar que a divisão regional de 1942, elaborada pelo engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães, do Conselho Nacional de Geografia, constituiu-se no primeiro modelo oficial de uma base territorial para divulgação de dados estatísticos (MAGNAGO, 1995).

Território e meio ambiente



Para Corrêa (1987, p. 17) “[...] não se trata mais de uma expansão marcada pela conquista territorial, como ocorreu no final do século passado; ela se dá de outra maneira e traz enormes consequências, afetando tanto a organização social como as formas espaciais criadas pelo homem”. Nesse contexto, ainda segundo esse autor, uma nova divisão social e territorial do trabalho éposta em ação, envolvendo introdução e difusão de novas culturas, industrialização, urbanização, dentre outras relações espaciais. Tratava-se, assim, de uma mudança “tanto no conteúdo como nos limites regionais, ou seja, no arranjo espacial criado pelo homem” (CORRÊA, 1987, p. 17).

Dado o novo contexto político-econômico do País e considerando a ampliação do conhecimento teórico-metodológico, os estudos da questão regional, fortemente influenciados pelas teorias de localização e dos Polos de Desenvolvimento, passam a utilizar novos conceitos vinculados à dimensão espacial do desenvolvimento econômico.

A *Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas*, de 1968, e a Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas, de 1990, introduzem, assim, conceitos e métodos geográficos renovados, reveladores da importância crescente da articulação econômica e da estrutura urbana na compreensão do processo de organização do espaço brasileiro⁵.

Com efeito, de acordo com Corrêa (1968), a cidade mantém relações com um espaço maior e exterior a ela, a sua região, constituída por áreas rurais e por outras cidades menores. Neste sentido, ela constitui o ponto focal de fluxos econômicos, vivendo seus habitantes da projeção de atividades não somente internas, mas, também, aquelas que nascem ou se manifestam exteriormente.

Os centros urbanos constituem, assim, elementos estruturantes do espaço regional a partir da função centralizadora que cumprem na oferta de serviços especializados que são consumidos pelas atividades produtivas internas à região e pela sua base exportadora, que podem abrigar, de forma parcial ou integral, elos de cadeias produtivas setoriais.

As divisões regionais variaram, desse modo, com a própria concepção que se tinha de região e de sua mudança ao lado do processo contínuo de reestruturação do território brasileiro, acompanhando o aprofundamento das forças capitalistas e expansão de suas redes de articulação física, técnica e política sobre o território⁶.

Nesse contexto, a crise do nacional-desenvolvimentismo e do planejamento descentralizado, as redefinições da geopolítica clássica alterando o significado do conceito de soberania, a tendência às economias flexíveis e à “flexibilização dos lugares” pela alta mobilização do capital e a inserção subordinada dos territórios nacionais periféricos no processo de globalização financeira e de mercados, acabaram por alterar, radicalmente, a noção e o sentido

das categorias conceituais básicas que envolvem o estudo do espaço geográfico e da divisão regional, em particular.

O atual ciclo de expansão financeiro, econômico e tecnológico do sistema econômico-financeiro mundial ao lado da questão ambiental, ao significar uma ruptura com o padrão de desenvolvimento que se realizava predominantemente sob o controle estatal e dentro dos limites territoriais dos Estados nacionais, irá, certamente, alterar os atributos definidores da divisão regional dos territórios nacionais e do brasileiro, em especial.

Reintroduz-se, assim, sob novo ângulo, a questão da base natural, dada a importância geopolítica assumida pela natureza em si enquanto capital de realização futura (BECKER, 1995), centrando o foco da discussão na distribuição territorial do poder, uma das questões mais importantes da política contemporânea tanto em termos práticos como teóricos.

Com efeito, a revalorização da natureza, advinda com a expressão política alcançada pela causa ambientalista no mundo contemporâneo, talvez esteja colocando em novos termos, e de forma direta na atualidade, a percepção do meio natural como elemento fundamental na diferenciação do espaço político, concorrendo com as formas tradicionais que presidem a divisão do território em regiões.

Além desse fator, a emergência de processos políticos descentralizantes decorrentes do movimento de redemocratização conduz os grandes Estados nacionais e, especialmente, os latino-americanos, como o Brasil, a reatualizar suas políticas externa e interna (RÜCKERT, 2005) e a requalificar suas diferenciações territoriais emergentes, através de uma complexidade de fenômenos que somente podem ser entendidos a partir de uma perspectiva abrangente.

Nesse sentido, a fluidez e a dinâmica atualmente existente no uso do território nos coloca outra questão crucial em termos conceitual e metodológico que é o desafio de se lidar, simultaneamente, com vários ângulos e escalas de análise, uma vez que as mudanças territoriais que ocorrem no nível regional são, cada vez mais, induzidas ou comandadas a partir de forças externas.

O território é, desse modo, o resultado de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir.

A ideia central ao se privilegiar as características de contiguidade é que o território, mais do que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos dos transportes e de comunicações, absorvendo as heranças culturais fortemente enraizadas na paisagem e na memória coletiva.

Assim, além de ser um conjunto de atributos objetivos de distância e localização, o território consiste numa trama de relações, de significados, de conteúdos vividos pelos indivíduos que compartilham o sentimento de pertencer a um lugar e a uma cultura comum.

Ele representa uma trama de vínculos com raízes histórica, cultural e político-institucional que, embora possam desempenhar um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico, servem, contudo, para definir, de forma segura, a divisão regional de um País de enorme diversidade nas feições que assume sua estrutura territorial, como é o caso do Brasil.

⁵ Até a Constituição Federal de 1988 cabia ao IBGE fazer a divisão regional do Brasil. Após a promulgação da carta constitucional, contudo, tal atribuição passou a ser competência dos Estados. Na atualidade, contudo, com a retomada do território como quadro de integração do arcabouço produtivo, social e ambiental e a relevância alcançada pelo planejamento multiescalar, uma visão nacional da divisão regional volta a ser um elemento central para o delineamento de um conhecimento estratégico do Território Nacional capaz de articular interesses e redes (corporativos) diversos em torno de um projeto comum de nação.

⁶ De modo geral, pode-se afirmar que, até o século passado, além das características naturais, várias categorias analíticas foram consideradas, ao longo do tempo, na explicação dos processos de divisão regional com destaque para as análises de centralidade urbana e das áreas de mercado (Christaller), dos polos de desenvolvimento, do processo de polarização (Perroux, Baudeville, Rochefort), além daquelas, com forte viés econômico, envolvendo o papel do custo dos transportes, da renda da terra, da qualificação do trabalho, da base de exportação e da relação insumo-produto, entre outras.

Além da necessidade de definir os limites espaciais em termos de área dotada de contiguidade, devemos considerar os múltiplos fluxos e conexões que atravessam o território e que fazem dele, antes que uma região relativamente homogênea, a combinação específica de um conjunto de redes, entrecruzando, de forma própria, essas múltiplas propriedades. O território-rede constitui, assim, a outra dimensão conceitual balizadora da divisão regional na contemporaneidade, conforme Haesbaert (1999).

Com efeito, a complementaridade produtiva dos polos urbanos e seu entorno conformam os fluxos intrarregionais, cuja base são os fluxos entre a base produtiva regional e as chamadas atividades residenciais, lideradas pelos serviços distribuídos à população. Finalmente, deve-se verificar como essa ação irradiadora da cidade tem-se refletido numa maior integração funcional da região com a cidade. A integração é um aspecto da vida de relações e esta é realizada sobretudo pelas atividades terciárias.

Nesse sentido, é preciso examinar os fluxos que expressam a vida de relações – fluxos telefônicos relacionados com encomendas e ordens, fluxos de pessoas, de mercadorias e de capitais – assim como as unidades funcionais que as realizam – bancos, companhias de transporte, serviços diversos e estabelecimentos de distribuição de produtos industriais.

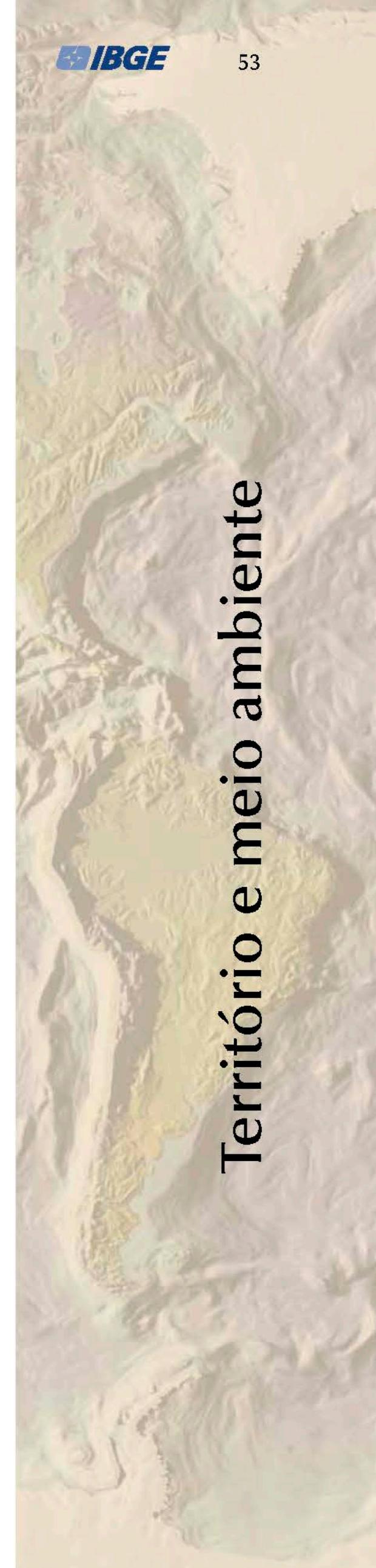
Segundo Lemos (2004), as redes de comunicação, de circulação, de trocas e de distribuição que se delineiam no espaço podem ser caracterizadas como redes geográficas não necessariamente pela materialidade de seus nós e fluxos, mas por imprimirem ao espaço uma organização. De acordo com Corrêa (1987), essas tramas de pontos (nós) e linhas (fluxos) tendem a se auto-organizar através da lógica de menor custo nos transportes, não sendo estáticas e nem desvinculadas do próprio processo histórico.

A posição dos nós fornece espacialidade à rede, mas a organização espacial é dada pela dinâmica do sistema como um todo. Assim, o espaço geográfico torna-se relacional, segundo a posição relativa dos atores, ordenamento das ações na rede, dinâmica dos fluxos de comunicação e circulação e pela própria natureza dos elementos, materiais ou imateriais, que transitam na rede de pessoas, mercadorias, informação, capital, decisões, inovações.

Nesse sentido, a leitura atualizada da rede urbana brasileira (REGIÕES..., 2000; REGIÕES..., 2008) constitui elemento básico da configuração do território e dos estudos de divisão regional, revalorizando, não só no debate acadêmico como naquele voltado à ação pública sobre o território, a perspectiva da geografia regional como ponto de apoio para encaminhar a solução dos grandes problemas que afetam a sociedade, a economia e o meio ambiente contemporâneos.

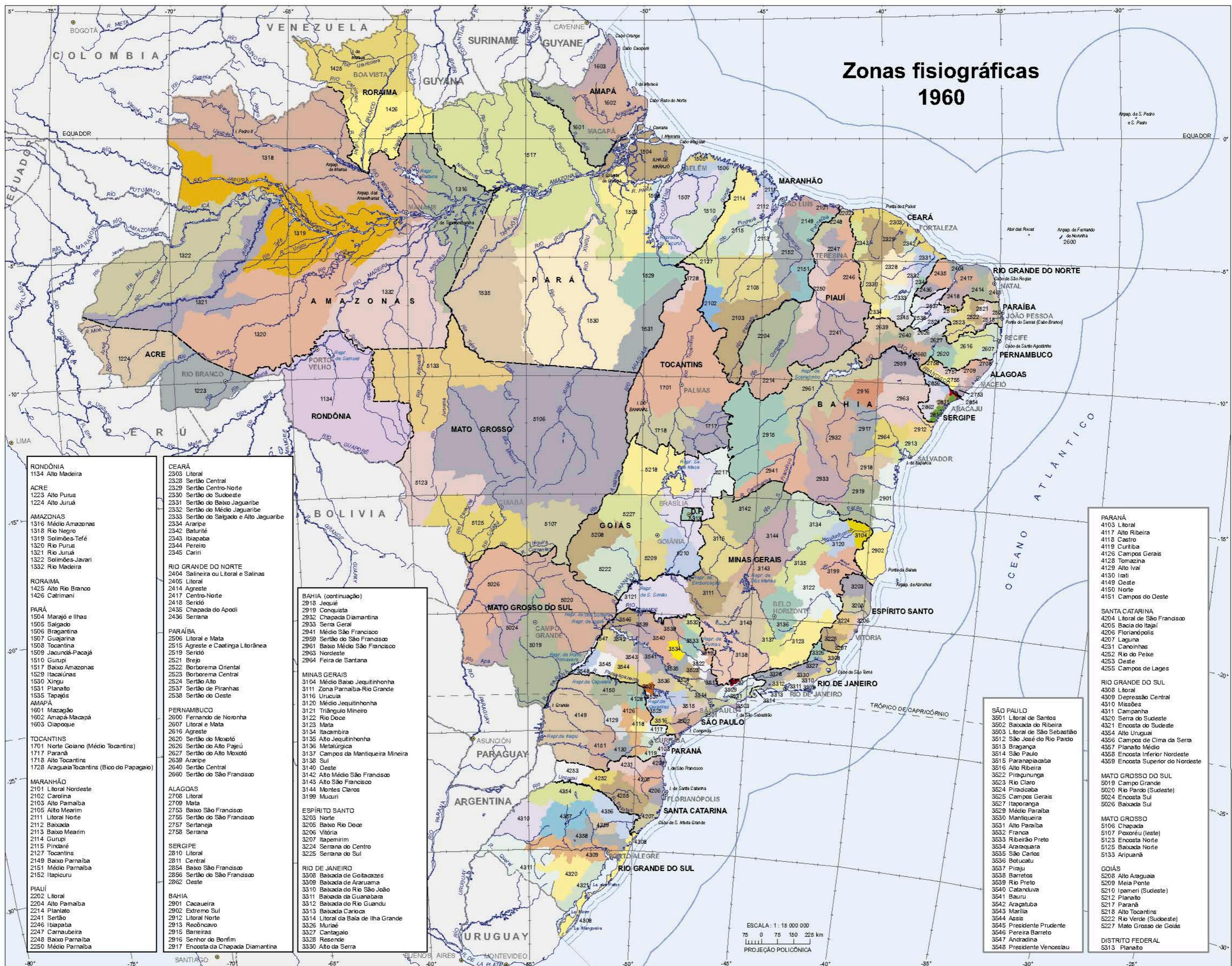
Referências

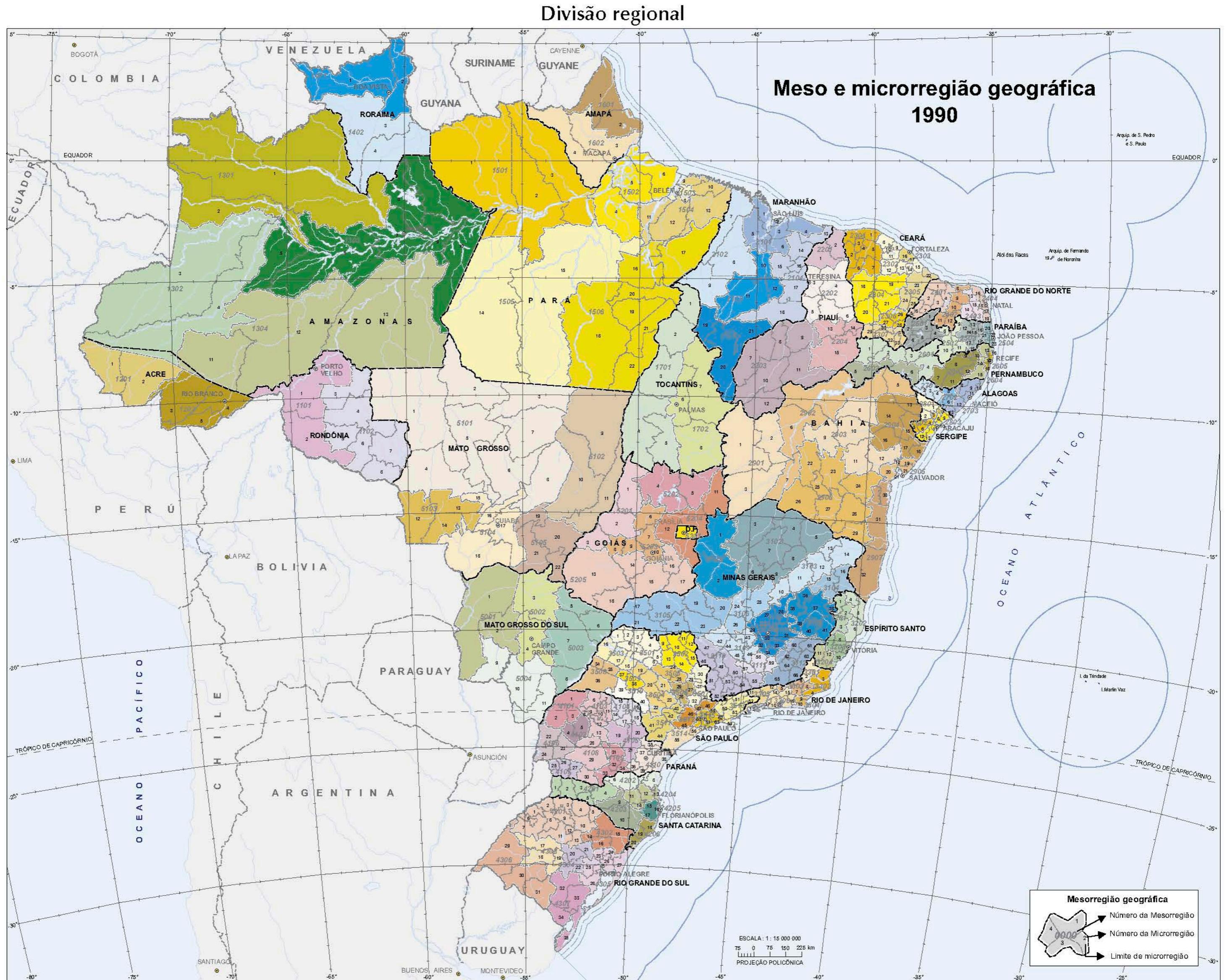
- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2003. 149 p. (Estudos rurais).
- BECKER, B. K. *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Departamento de Geografia, 1995. 47 p. Mimeografado.
- CORRÊA, R. L. Estudo das relações entre cidade e região. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, n.1, p. 43-56,
1968. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: set. 2010.
- _____. *Região e organização espacial*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1987. 93 p. (Princípios).
- DIVISÃO do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 2 v.
- DIVISÃO do Brasil em micro-regiões homogêneas. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. 4 v.
- DUARTE, A. C. Regionalização: considerações metodológicas. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro: Associação de Geografia Teórica, v. 10, n. 20, p. 5-32, 1980.
- HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. *GEOgraphia*, Niterói: Universidade Federal Fluminense, v. 1, n. 1, p. 15-39, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/4/3>>. Acesso em: set. 2010.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. 251 p. Tradução de: *Spaces of capital: towards a critical geography*. (Geografias e adjacências).
- LEMOS, M. B. *Regionalização: análise da experiência brasileira recente*. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional; Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR, 2004. 29 p. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/publicacao/Cedeplar/regionalizacaofinal.pdf>>. Acesso em: set. 2010.
- MAGNAGO, A. A. A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 4, p. 65-92, out./dez. 1995. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: set. 2010.
- REGIÕES de influência das cidades 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 230 p.
- REGIÕES de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtml?c=6>>. Acesso em: set. 2010.
- RÜCKERT, A. A. O processo de reforma do Estado e a política nacional de ordenamento territorial. In: OFICINA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL, 1., 2003, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2005. p. 31-39. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/download/download.asp?endereço=/pdf/desenvolvimentoregional/ordenamento_territorial.pdf&nome_arquivo=ordenamento_territorial.pdf>. Acesso em: set. 2010.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 474 p.



Divisão regional

Zonas fisiográficas 1960





Divisão regional

Divisão regional

